
CAPÍTULO 1

INTRODUÇÃO

As ações que temos desenvolvido nos diversos programas que vimos executando com professores e estudantes de 1º e 2º graus e com os estudantes do Curso de Museologia da UFBA têm-nos conduzido a várias reflexões sobre a preservação do nosso patrimônio cultural e seu relacionamento com o processo educacional. Constatamos de perto que não tem havido uma integração entre educação e cultura no sentido de realizar, através da prática pedagógica no cotidiano da escola, ações efetivas objetivando utilizar o patrimônio cultural como um referencial capaz de suscitar a criatividade, o questionamento, a reflexão e a busca de um novo fazer.

Vários são os fatores que têm contribuído para essa desintegração, tanto na área cultural como na área educacional. No campo da política cultural e preservacionista adotada no País, até o presente momento, as ações têm se dado de forma imposta, de cima para baixo, sendo o cidadão excluído do processo de preservação do seu patrimônio; a seleção dos bens a serem preservados tem sido efetivada dando-se ênfase aos bens culturais produzidos pela Igreja Católica e pela aristocracia rural, desprezando-se toda a produção cultural de âmbito antropológico e social e a participação efetiva das comunidades na tentativa conjunta de preservar todos os signos culturais. Judy (1990, p.2) salienta que:

“... a busca das identidades culturais, em vários países do mundo, acaba motivando e dinamizando as práticas e políticas de conservação. Desde então, conservar não quer dizer preservar ou salvaguardar, mas primeiramente restituir, reabilitar ou reapropriar-se. A própria vida social e efetiva parece ser cada vez mais o objeto da conservação”.

A política de preservação de “pedra e cal” (monumentos arquitetônicos), adotada no Brasil ao longo de todos esses anos, tem concorrido para a adoção de uma visão distorcida do que seja o nosso patrimônio, contribuindo para que deixemos de reconhecer como bem cultural toda uma gama de bens produzidos pelas camadas populares.

Além dessa visão distorcida, que tem influenciado na seleção dos acervos, a preservação tem sido realizada de forma saudosista, romântica e exótica. É algo que está relacionado a um passado distante e não à nossa realidade próxima. Em geral, todo esse acervo preservado - monumentos, sítios arqueológicos e históricos, coleções expostas nos museus etc. - é apresentado como a produção de um passado remoto, que não diz respeito à vida no momento presente. A utilização do referencial do passado, como embasamento para uma reflexão crítica e entendimento do presente, explorando todo o seu potencial com o objetivo de provocar as mudanças necessárias, não tem sido uma prática utilizada.

A política cultural brasileira não só tem incorporado como reproduzido um conjunto amplo de processos políticos e culturais, refletindo seus antagonismos. Mesmo quando surgem frentes de renovação cultural, estas estão sujeitas às

frentes de renovação política. Mota (1990, p. 285), destaca que:

“... a um momento de mobilização da cultura popular que apontava para um processo de socialização correspondeu a montagem de um aparato de alto poder repressivo que, adaptando as técnicas da experiência frustrada criou uma rede ampla de comunicação em que o potencial crítico da cultura popular foi neutralizado e mobilizado para os quadros da massificação - realizada agora, em escala massiva, à sombra da ideologia da cultura brasileira”.

Observa-se que, recentemente, a incorporação de objetivos que visam à participação comunitária nas instituições educativas e culturais tem sido constante. Entretanto, na prática, essas iniciativas não têm passado de mais uma forma de controlar, apesar do Estado estar sempre se colocando como elemento “neutro”. Segundo Ortiz (1985b, p.125):

“... a direção para a qual aponta o desenvolvimento do capitalismo brasileiro nos leva a pensar que ação estatal e privada caminhariam no sentido da instauração de uma hegemonia cultural. As telenovelas, assim como o consumo de produtos distribuídos e financiados pelo Estado, contribuem para que as relações de poder se reproduzam no interior da própria cultura”.

Da seleção inadequada e imposta e do uso inadequado dos acervos preservados, assistimos agora à expansão do poderio econômico dos meios de comunicação, que têm reduzido a cultura popular em manifestações “para turista ver”. Comentando sobre a expansão e a penetração dos meios de comunicação nas classes populares, Bosi (1987, p.126) destaca que:

“A cultura de massa entra na casa do caboclo e do trabalhador da periferia ocupando-lhe as horas de lazer em que poderia desenvolver uma forma criativa de auto-expressão: eis o seu primeiro tento. Em outro plano, a cultura de massa aproveita-se dos aspectos diferenciados da vida popular e os explora sob a categoria de reportagem popularesca e de turismo. O vampirismo é assim duplo e crescente: destrói-se por dentro o “tempo” próprio da cultura popular e exhibe-se para consumo do telespectador o que restou desse tempo, no artesanato, nas festas, nos ritos”.

Assim como a preservação não tem sido efetivada com o objetivo de transformar a realidade, a partir das reflexões dos dados do passado, a educação, em geral, também tem sido conduzida para o conformismo, para a condução de currículos impostos de cima para baixo, com conteúdos dissociados da realidade em que as escolas estão inseridas, praticando-se a “erudição” em aulas expositivas, nas quais o professor deposita o seu conhecimento, valorizando muito mais a memória do que a inteligência.

A burocratização, cada vez mais praticada e imposta aos educadores, faz com que os mesmos fiquem distante da escolha dos conteúdos que deverão ser ministrados, da avaliação da prática pedagógica por eles exercida e da análise do papel que a escola exerce na sociedade. A relação entre a burocratização da escola e a estruturação dos conhecimentos foi bem explicitada por Wake (1988, p.16), quando registra que:

“As maiores exigências colocadas sobre as estruturas do conhecimento pela escola burocratizada são: que o conhecimento seja dividido em componentes ou em componentes relativamente limitados; que as unidades de conhecimento sejam ordenadas em seqüência; que o conhecimento seja transmissível de uma pessoa a outra por meios convencionais de comunicação; que o sucesso na aquisição de parte, se não de todo conhecimento, seja passível de registro em uma forma quantificável; que o conhecimento seja objetivado no sentido de ter uma existência independente de suas origens humanas; que o conhecimento seja estratificado em vários níveis de *status* ou prestígio; que o conhecimento baseado na experiência concreta seja tratado como de menor *status*, mas que o conhecimento expresso em princípios abstratos e generalizados seja, considerado como tendo alto *status*”.

A escola burocratizada tem ignorado os problemas relacionados com as especificidades culturais, a análise dos professores e a história de vida dos seus alunos. Daí a grande dificuldade de se tentar, na prática, uma ação que não esteja relacionada com o modelo estabelecido.

A análise da realidade educativo-cultural no Brasil deve-nos conduzir a uma ação transformadora da realidade, pois, conforme destaca Severino (1986, p.62):

“O acesso ao saber, aos bens culturais em geral, é de fundamental importância para as classes subalternas. Ele lhes dará instrumentos e recursos de luta contra a dominação. Por isso, a escola pública, aberta e igualitária, é uma necessidade para essas classes, mesmo enquanto estiverem organizadas e orientadas pelas classes dominantes hegemônicas”.

Estas reflexões têm-nos levado a acreditar, cada vez mais, que a relação entre museu e educação é intrínseca, uma vez que a instituição museu não tem como fim último apenas o armazenamento e a conservação, mas, sobretudo, o entendimento e o uso do acervo preservado pela sociedade para que, através da memória preservada, seja entendida e modificada a realidade do presente. Nesse sentido, a própria concepção do museu é educativa, pois o seu objetivo maior será contribuir para o exercício da cidadania, colaborando para que o cidadão possa apropriar-se do seu patrimônio e preservá-lo, assim ele deverá ser a base para toda a transformação que

virá no processo de construção e reconstrução da sociedade, sem a qual esse novo fazer será construído de forma alienante.

É necessário, entretanto, chamar a atenção para o fato de que, no Brasil, são poucas as experiências no campo museológico voltadas para o registro do fazer cultural de forma mais abrangente, envolvendo os diversos segmentos da sociedade, preocupando-se em assinalar as mudanças e as contradições. Ainda não conseguimos soltar as amarras que nos mantêm atados ao colecionismo, à aceitação passiva e submissa de formas e coisas de um passado que não é relacionado com a vida no presente.

A transformação desejada, a nosso ver, passa pelo questionamento do modelo de sociedade que possuímos, entendendo que a análise das relações entre determinantes sociais e a atuação dos museus não nos devem conduzir ao imobilismo, mas devem-nos incentivar a superar as deficiências. Neste sentido, é importante considerar que, na ânsia de buscar uma prática mais participativa, comprometida com o desenvolvimento social e com a transformação, é preciso evitar o perigo de usar a comunidade como cobaia para simples coleta de informação e para a pesquisa que se esgota em si mesma.

A consciência de que devemos buscar esse novo fazer museológico deve-nos motivar a sair do imobilismo, a construir a nossa prática e a registrá-la de forma sistemática, para que possamos democratizar as informações e fornecer dados coletados em nossa realidade, pois a bibliografia existente é escassa e contempla o modelo de museu tradicional.

Torna-se necessário, portanto, que museólogos e educadores continuem planejando e executando ações

integradas, visando a utilização dos bens culturais como instrumento para o entendimento da vida no passado e no momento presente, destacando que é indispensável a ação articulada com as demais práticas sociais globais, dando prioridade à participação conjunta. Acreditamos que os caminhos serão apontados na medida que nos distanciarmos mais dos nossos gabinetes e nos aproximarmos mais da vida cotidiana fora do museu e do espaço da Universidade. Este tem sido um fato constatado nos programas de ação cultural por nós desenvolvidos, nos quais o crescimento tem se dado através do diálogo e da integração com os diversos grupos com que temos trabalhado, o que justifica continuar atuando nesta linha.

Temos dirigido as nossas ações no Curso de Museologia da Universidade Federal da Bahia para uma prática efetiva, em que professores e estudantes de 1º, 2º e 3º graus têm atuado de forma integrada, tornando viável a prática do ensino e da aprendizagem, por meio da observação e da análise de aspectos importantes do nosso patrimônio cultural, relacionando-o com a vida no presente e entendendo-o como produto do homem, sujeito da História e, portanto, como resultado das relações sociais e políticas.

Após termos atuado durante dois anos e meio no Colégio Estadual Azevedo Fernandes, situado no Centro Histórico da Cidade do Salvador, fomos convidados pelo Instituto Anísio Teixeira a desenvolver projeto semelhante no Colégio Euricles de Matos, situado no Bairro do Rio Vermelho, na Cidade do Salvador. O projeto sofreu adaptações para atender à realidade dos alunos, dos professores e da comunidade local.

Entretanto, as ações desenvolvidas entre os museus e as escolas, bem como os projetos por nós desenvolvidos, na maioria das vezes, não passavam de eventos esporádicos, em que professores e alunos participam de forma pouco comprometida e, não raro, como meros observadores.

No momento presente, com base na experiência vivida na execução dos diversos projetos acima referidos, constatamos que era de fundamental importância trabalhar a formação do professor para que este viesse a ser um “agente ativo”, no sentido de usar a memória preservada, testemunho da História, entendida como forma de existência social nos seus diversos aspectos - econômico, político e cultural -, bem como o seu processo de transformação, contribuindo, deste modo, para a formação dos cidadãos. Por outro lado, era necessário continuar repensando os conteúdos programáticos das diversas disciplinas oferecidas no ensino básico, procurando resgatar o acervo cultural dos estudantes e das comunidades onde as escolas estão inseridas, proporcionando a oportunidade para que o jovem, desde a sua formação, perceba o sentido da preservação e da identidade cultural. Como esperar que a comunidade seja responsável pelo seu patrimônio se desconhece o seu conteúdo, o seu valor e a relação desse patrimônio com a sua história de vida no passado e no presente?

Em relação ao Curso de Museologia da UFBA, era necessário realizar uma prática efetiva, capaz de proporcionar aos alunos e professores a oportunidade de vivenciar a construção de um novo fazer museológico, com base na apropriação do patrimônio cultural, contribuindo, assim, para que a identidade seja vivida na pluralidade e na dinâmica do processo social entendendo-se que o patrimônio cultural não

deve ser uma “aquisição” por parte de um organismo, mas sim uma apropriação social. Essa nova postura iria permitir também a execução de atividades com temas e acervos até então pouco trabalhados, exercitando novos métodos e assimilando novos conceitos. Infelizmente, a Museologia que vem sendo aplicada na maioria das instituições museais do País, como na Cidade do Salvador, não tem permitido avanços neste sentido, o que dificulta o entendimento por parte dos alunos, por não existirem exemplos concretos que possam servir de parâmetros, no momento em que são colocadas, em sala de aula, as reflexões teóricas que embasam a necessidade de evolução do processo museológico.

Compreendendo que não podemos dissociar a atuação do professor universitário de uma prática efetiva na comunidade e acreditando que essa prática só se concretiza no momento em que professor, aluno e grupos comunitários passam a atuar de forma integrada e participativa, questionando, construindo e analisando conjuntamente, buscamos realizar uma tese de doutorado, que permitisse a realização de uma atuação integrada entre o Curso de Museologia, Doutorado em Educação da UFBA, Secretaria de Educação-Instituto Anísio Teixeira, 1^o Grau e Curso de Magistério do Colégio Estadual Governador Lomanto Júnior e dos moradores do Bairro de Itapuã, pretendendo alcançar os seguintes objetivos:

- a) integrar a Universidade Federal da Bahia - Curso de Museologia e Doutorado em Educação - à comunidade na qual está inserida, tornando-a centro de ação-reflexão, contribuindo efetivamente para a produção do conhecimento e, conseqüentemente, para o

enriquecimento do processo museológico e para uma nova práxis pedagógica;

- b) repensar os conteúdos programáticos, o material didático utilizado e as atividades pedagógicas, tomando como referencial o acervo cultural dos estudantes, professores e funcionários do Colégio Estadual Governador Lomanto Júnior e dos membros da comunidade do Bairro de Itapuã envolvidos no projeto, buscando o entendimento e a reflexão sobre o patrimônio cultural, dentro da dinâmica do processo social;
- c) tornar possível a utilização dos bens culturais e da memória social local para a compreensão do processo de surgimento dos acontecimentos, não como “evento”, mas incorporada à prática pedagógica e ao fazer cotidiano da escola;
- d) proporcionar ao estudante de Museologia a oportunidade de vivenciar uma nova prática museológica, trabalhando a memória social, seu registro, a interpretação e a utilização consciente por parte daqueles que a produzem, por meio de uma ação integrada entre os técnicos e os sujeitos envolvidos no processo;
- e) implantar um museu didático-comunitário no Colégio Estadual Governador Lomanto Júnior, desenvolvendo uma ação conjunta com professores, alunos, funcionários e membros da comunidade envolvidos no

processo e de estagiários e professores do Curso de Museologia e demais grupos interdisciplinares que viessem a compor a equipe executora do projeto.

A presente publicação apresenta todo o processo construído ao longo do nosso caminhar, no Doutorado em Educação, resultado das constantes reflexões realizadas, a partir da relação teoria-prática. Nos capítulos 2 e 3 apresentamos uma análise sobre a política cultural e a atuação dos museus no Brasil, e uma abordagem sobre a construção do conhecimento na museologia, situando-a em uma análise de processo; portanto, em constante transformação.

Essas reflexões forneceram a base necessária para o desenvolvimento do processo metodológico, explicitado no capítulo 4 e para a realização da ação com a participação dos demais membros atuantes no processo, por mim considerados como co-autores na construção do Museu Didático-Comunitário de Itapuã, cujo desenvolvimento é narrado no capítulo 5.

Por fim, no capítulo 6, destacamos os resultados das reflexões realizadas ao longo do caminhar e que consideramos possam contribuir para a construção do conhecimento nas áreas da museologia e da educação, podendo auxiliar, também, na estruturação e reestruturação de Cursos de Museologia e de Pedagogia, na atuação dos museus e das escolas, melhorando, conseqüentemente, os processos de ensino e da aprendizagem, nos diversos níveis de ensino.